



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**GABINETE DO VEREADOR CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS (REDE)**

**REQUERIMENTO Nº 39/2023**

O VEREADOR QUE A ESTE SUBSCREVE, vem, por meio do presente, requerer, após consulta ao Plenário, que seja encaminhado o ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Montes Claros, Dr. Humberto Guimarães Souto com cópia para o Procurador-Geral do município de Montes Claros Dr. Otávio Rocha. Solicitando a viabilidade de pagamento do abono de permanência nos termos da **Lei Complementar Nº 74 , de 02 de Outubro de 2019** e o **Regulamento do Decreto N º 3923, 19 de Novembro de 2019** aos servidores que tem processo administrativo, em tramitação na Procuradoria- Geral do município.

Sendo só para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos renovando voto de profundo respeito institucional.

**Atenciosamente,**

MONTES CLAROS , 30 de OUTUBRO DE 2023

**CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS**  
**VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**



**Município de Montes Claros – MG**  
**Procuradoria-Geral**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 74, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.**

**ALTERA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, INSTITUI O ADICIONAL DE PERMANÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica acrescentado o inciso IV, ao artigo 80 da Lei Municipal nº. 3.175, de 23 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80 - ....

...

IV – de permanência.”

**Art. 2º** – A Lei Municipal nº. 3.175 de 23 dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do art. 83-A, com a seguinte redação:

“Art. 83-A – O adicional de permanência será pago ao servidor efetivo que completar os requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais e optar em permanecer em efetivo exercício na carreira, desde que preencha os demais requisitos presentes em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal e, no caso do Poder Legislativo, pelo presidente da Casa.

§1º. Fica fixado o valor correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do cargo do servidor, para fins de base de cálculo do Adicional de Permanência;

§2º. O servidor fará a opção pela permanência perante a Secretaria Municipal de Planejamento Gestão, e no caso de servidores do Poder Legislativo, perante a Gerência Administrativa, mediante documento próprio;

§ 3º. Não poderá receber adicional de permanência:

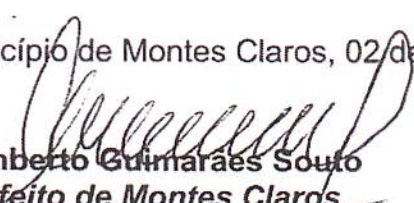
I – o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada;

II – o servidor que, por qualquer motivo, não se encontre no exercício do cargo.”

**Art. 3º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 4º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Montes Claros, 02 de outubro de 2019.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**



# Decreto nº 3923, 19 de novembro de 2019

26/11/2019 - 15:36

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

---

## ***REGULAMENTA O ADICIONAL DE PERMANÊNCIA, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 74, DE 02 DE OUTUBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O Prefeito de Montes Claros, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 71, inciso VI e 99, inciso I, letra “a”, da Lei Orgânica Municipal (LOM) e,

**CONSIDERANDO**, o disposto na Lei Complementar Municipal nº. 74, de 02 de outubro de 2019, que instituiu o Adicional de Permanência no âmbito da Administração Pública Municipal;

**CONSIDERANDO**, que o Adicional de Permanência visa propiciar a valorização do servidor público municipal, como forma de incentivo para que possa permanecer no efetivo exercício das suas funções.

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** – Mediante necessidade declarada da Administração Pública o servidor efetivo que completar os requisitos de aposentadoria voluntária com proventos integrais e optar em permanecer em efetivo exercício na carreira poderá receber o Adicional de Permanência, instituído pela Lei Complementar Municipal nº. 74, de 02 de outubro de 2019, desde que atenda aos demais requisitos do presente Decreto regulamentar.

**Parágrafo único.** O Adicional possui caráter mensal e deverá ser pago através de folha de pagamento.

**Art. 2º** – O Adicional de Permanência, regulamentado por este Decreto:

**I** – tem caráter transitório e é condicionado à efetiva prestação do serviço;



- II** – será devido em razão do tempo de permanência do servidor no efetivo exercício de suas atribuições;
- III** – será calculado sobre o vencimento básico, dele se destacando;
- IV** – não será devido aos ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada;
- V** – não integrará a remuneração para nenhum efeito, sendo devido por ocasião de férias e da gratificação natalina, na forma da lei;
- VI** – não será devido aos servidores que se encontrem em readaptação funcional ou licenças de qualquer natureza.

**Art. 3º** – Para a concessão do Adicional de Permanência o servidor deverá atender aos seguintes requisitos:

- I** – não ter sofrido punição disciplinar de suspensão ou ser reincidente em penalidades disciplinares;
- II** – não ter faltado ao serviço, sem justificativa, por mais de 05 (cinco) dias, consecutivos ou alternados, durante os últimos 12 (doze) meses;
- III** – não ter gozado mais do que 60 (sessenta) dias de licença, para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, durante os últimos 12 (doze) meses.

**Art. 4º** – O percentual do Adicional de Permanência será definido no Decreto de concessão, limitado ao percentual estabelecido pelo parágrafo 1º, do artigo 83-A, da Lei Municipal nº. 3.175 de 23 dezembro de 2003.

**Art. 5º** – O interessado deverá apresentar requerimento ao Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, mediante Processo Administrativo, solicitando a concessão do Adicional de Permanência.

**Parágrafo único.** O requerimento protocolado deverá ser devidamente instruído com a Certidão de Tempo de Contribuição – CTC, sob pena de aplicação do artigo 50, da Lei Municipal 3.179 de 23 dezembro de 2003.

**Art. 6º** – Após análise documental o processo será encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros (PREVMOC), para que seja atestado o cumprimento dos requisitos de aposentadoria voluntária.

**Art. 7º** – Finalizada a instrução do processo administrativo, o Secretário Municipal de Planejamento e Gestão emitirá parecer e encaminhará os autos ao Chefe do Executivo para decisão.

Parágrafo Único – Em caso de deferimento do pedido o pagamento do Adicional será retroativo à data de protocolo do requerimento, desde que os requisitos sejam efetivamente comprovados.

**Art. 8º** – As situações não abarcadas por este Decreto serão dirimidas pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão que poderá estabelecer regulamento complementar, cronograma para atendimento e demais procedimentos pertinentes.

**Art. 9º** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Montes Claros, 19 de novembro de 2019.

**Humberto Guimarães Souto**

***Prefeito de Montes Claros***